

Introdução

A noção de “intencionalidade” é um tema capital na fenomenologia de Edmund Husserl. O próprio autor afirma que “a intencionalidade é o que caracteriza a consciência em seu sentido pleno” (Husserl, 1962, § 84), isto é, para ele, a relação cognoscitiva com a objetividade só pode ser alcançada mediante a presentificação, na consciência, de uma estrutura fenomenológica universal. Dessa maneira, elucidar essa estrutura, que caracteriza a experiência da consciência em referência ao conhecimento, é o propósito desta investigação sobre a intencionalidade.

A exigência fundamental na fenomenologia do conhecimento é que todo dado, para que possa ser apreendido no campo da consciência, deve ser intuído¹. Husserl entende que a razão é conhecimento intuitivo, então, pode-se dizer que a objetividade cognoscitiva é fundada por um ato originário de perceber. Por originário deve-se compreender não simplesmente aquilo que é dado a se conhecer, ou seja, o que se apresenta, manifesta ao entendimento a partir da sensibilidade, mas precisamente “o dado no sentido exato em que é visado, e autodado no sentido mais restrito, de tal modo que nada do intentado deixa de estar dado” (Husserl, 1986, p.90).

A idéia é que a objetividade do ato perceptivo não pode transcender o campo da consciência do objeto, porque todo saber racional deve estar fundado na “evidência” do conhecimento ou, em outros termos, no dado em “carne e osso”², e não como uma ficção ou abstração sobre a percepção interna. Por percepção interna, entende-se qualquer introspecção ou experiência psicológica. O objeto de uma vivência intencional da consciência aparece na condição de ser uma estrutura de duração (Husserl, 1962, § 3). A intencionalidade é um nexó teleológico que instaura condições de possibilidade para a relação *a priori* do *cogito* com suas *cogitationes*.

¹ Husserl escreve a lápis e entre parênteses na margem da página 11 do manuscrito original, apresentado no formato de uma aula, seção “Encadeamento das idéias das lições” (Husserl, 1986): “O que eu quero é clareza”.

² Wilhelm Szilasi (1973, p.38) explica que o adjetivo *leibhaft* tem vinculação com o substantivo *leib* (corpo orgânico) e se usa especialmente para indicar a presença *in corpore*, “em pessoa”, ou, como se diz, em “carne e osso”. Deste modo, pretende destacar o caráter da presença do percebido e assim, com o mesmo critério, traduz o substantivo *leibhaftigkeit* como presencialidade.

A característica fundamental da objetividade intencional vivida na imanência da consciência não tem sua origem na perspectiva do sujeito, porque não se trata de idealismo subjetivo, desse modo, a objetividade do conhecimento também não ocorre porque esteja centrada no objeto, mas, sobretudo, porque enfatiza a importância da abertura significativa da correlação na esfera pura da consciência³.

A noção de “intencionalidade” não se encontra vinculada somente à filosofia husserliana, porque ela é abordada também por outras correntes filosóficas contemporâneas. A variedade de perspectivas alcançadas pela abordagem da intencionalidade, neste aspecto, está relacionada às pesquisas dirigidas aos estados mentais. Por isto, a denominada filosofia da mente é uma vertente entrelaçada com outras disciplinas, tais como a psicologia, a neurofisiologia, a ciência cognitiva, a teoria da ação, da informação, inteligência artificial, entre outras. Contudo, tendo em vista que a motivação que conduziu Husserl a retomar a noção de intencionalidade, bem como oferecer uma acepção diferente da de Franz Brentano, não diz respeito a nenhuma preocupação com estados mentais, deve-se afirmar que esta noção é o cerne da concepção filosófica de saber racional entendido como *mathesis universalis*. E é precisamente através desta noção que Husserl defende uma idéia de filosofia que se justifique a si mesma de modo absoluto, na condição de assumir a tarefa de ciência da totalidade dos princípios puros, dos possíveis conhecimentos formados através das verdades deduzidas *a priori*.

Fenomenologia é um amplo projeto que sempre esteve presente na história da filosofia, de modo que constitui o *telos* da própria filosofia⁴. A fenomenologia

³ Para Husserl, existem os atos que não cumprem o ideal do preenchimento, estes são distintos dos atos que preenchem pela presença em pessoa. Assim, a percepção nunca é uma representação, porque esta é sempre referência a uma percepção. Na fenomenologia husserliana, a percepção objetiva é o absoluto da referência, pois se caracteriza como aquilo que, não se referindo mais a algo diferente de si mesmo, se dá em pessoa (*selbst*), na sua mesma corporeidade ou presencialidade (*leibhaftigkeit*), como quer Szilasi. Cf. Husserl, 1967, v.1, pp.329-331, vol. 2, pp.374-381, 386-390, 398-400, 439-443, 465-468.

⁴ *Filosofia primeira* (Husserl, 1998) é um exemplar em que foram editados os seminários de Husserl em Freiburg, durante os anos de 1923-1924. As aulas de Husserl foram compiladas em dois volumes. Nesses encontros, Husserl defende a idéia de que a filosofia encontra sua finalidade na fenomenologia. Nesse texto, o autor analisa as doutrinas filosóficas tradicionais da teoria do conhecimento a partir da perspectiva aberta pela fenomenologia. Ao longo de sua exposição, é possível notar que Husserl não reivindica para si o mérito de ter inventado uma filosofia, mas apenas o de ter sistematizado, com um método filosófico adequado, elementos que estavam dispersos e eram tratados como oposições nas idéias de vários filósofos. Pode-se afirmar que o cerne do projeto fenomenológico é o de oferecer um começo absoluto para a filosofia, assim, seu propósito é o de erradicar as formas de ceticismo na

pode ser definida como um conjunto de pesquisas sobre as possibilidades *a priori* pelas quais a consciência apreende o sentido do conhecimento em geral a partir de uma clarificação lógica. Desse modo, é correto afirmar que Husserl defende a preponderância dos objetos ideais sobre os sensíveis, contudo, isto ocorre em um sentido inteiramente novo.

A proposta da fenomenologia husserliana não é descrever uma teoria mentalista sobre a consciência, porque a fenomenologia é o resultado de uma “virada semântica”, cujo caráter é reconhecidamente antipsicológico e que tem seu primeiro antecedente no trabalho de Bernard Bolzano (Porta, 2002a; 2003).

A intencionalidade da consciência não significa uma referência a um processo real que tenha lugar entre o eu empírico, por um lado, e a coisa, por outro, isto é, não consiste numa relação real entre duas coisas que se encontram da mesma maneira na consciência. O objeto não está contido na consciência a título de fenômeno. Se a consciência é bem, como definiu Brentano, uma intenção dirigida para o objeto, então, é o próprio ser e não a aparência do objeto que é dado para a consciência. A consciência pode, portanto, pronunciar-se sobre este ser, conforme ele se apresenta, elucidando o modo pelo qual ela o visa. Para isto, não tem necessidade de sair de si própria, tarefa contraditória com a qual esbarrava qualquer teoria do conhecimento e que desembocava na metafísica, que Kant denominara “teatro destas disputas infundáveis” entre o idealismo e o ceticismo⁵. Assim, a consciência não tem senão que proceder ao exame destes modos de intenção⁶.

Dessa maneira, uma outra finalidade deste trabalho seria a de mostrar que o conceito de intencionalidade de Husserl não possui nenhuma relação com a psicologia, mas com a lógica e a teoria do conhecimento. Em vários textos de Husserl, há indícios dessa preocupação de não ter suas investigações confundidas

investigação filosófica. Para tanto, ele retoma, principalmente, a idéia de uma filosofia primeira a partir dos arcabouços teóricos platônico-aristotélico, cartesiano e kantiano, visando retirar seus excessos metafísicos, para tratá-los de um modo estritamente lógico.

⁵ Prefácio da primeira edição (1781) da *Crítica da razão pura* (Kant, 1989, p.3). O mesmo prefácio foi omitido na segunda edição de 1787.

⁶ “Onde a intenção de significação é satisfeita com base em correspondentes intuições [...] aí constitui-se o objeto como ‘dado’ em certos atos, e nesses atos, caso a expressão realmente se ajuste ao que é intuitivamente dado, o objeto certamente nos é dado segundo o mesmo modo pelo qual o significado o visa” (Husserl, 1967, § 14).

com um suposto psicologismo em referência às suas idéias. Como ele próprio afirma: “na intencionalidade não há nada de expectativa” (Husserl, 2000, p.55).

René Schérer (1969, p.263) assinala que o mais importante na Investigação V não é o descobrimento da noção de intencionalidade, mas a modificação deste conceito em relação a Brentano, de modo que fosse possível estruturá-lo para atender às funções lógicas do conhecimento.

Schérer afirma que a grande diferença no modo como Brentano e Husserl concebem a noção de intencionalidade consiste no fato de que não importa tanto saber qual é a natureza dos fenômenos, como parecia ser a questão para Brentano, mas a descrição das vivências ou dos atos captados em sua imanência (ibid., p.253). A noção de intencionalidade, a partir da reapropriação husserliana, perde seu caráter psicológico, porque a intencionalidade é o modo de relação da consciência com um objeto. A intencionalidade trata de uma abertura cognoscitiva ‘para’ algo diferente da própria consciência e não de um fechamento egológico ‘em si’. A intencionalidade é apresentada como abertura para os fenômenos em um sentido realista em relação à manifestação das coisas. A fenomenologia reconhece a realidade das coisas que aparecem, e com isto reivindica um sentido público para o pensamento, pois funda os atos cognoscitivos na descrição do que aparece nos modos intencionais de a consciência objetivar o ente. O que aparece não deve ser tomado como pertencente ao mundo interno, solipsista, ou privado em relação às representações. O que aparece é a apresentação da verdade sobre a coisa mesma. Não há algo oculto ou melhor, enigmático no modo de apresentação do fenômeno. As coisas aparecem porque são reais. E isto diz respeito à ontologia e não aos assuntos psicológicos. Assim, o modo como as coisas aparecem é parte do ser das coisas. Cada ato intencional passa a efetuar a respectiva experiência mediante o modo de apresentação do seu objeto correlato. A fundação fenomenológica da objetividade indica que o critério da relação de conhecimento deve levar em conta a intuição como abertura para a experiência cognoscitiva. Porém, essa fundação não se refere ao aspecto real da representação mental, mas ao objeto intencional fundado sobre o objeto real. Por esta razão, não cabe mencionar nada em termos de uma suposta dualidade em relação ao objeto, e isto porque o objeto intencional é o mesmo objeto verdadeiro. Desse modo, a

intencionalidade conecta o domínio dos aspectos reais da coisa que aparece com as propriedades ideais do ser-objeto determinado, tornando desnecessário estabelecer uma justificativa cognoscitiva a partir da distinção entre ambos, tal como na designação moderna entre ‘interno’ e ‘externo’. Assim, o que é dado a ser conhecido não seria objeto de conhecimento, se não fosse experienciado em um determinado modo intencional. De acordo com Schérer, a crítica husserliana à “inexistência intencional” de Brentano é que o objeto não está contido na consciência, isto é, o que se faz presente na consciência é a vivência intencional, a intenção de preenchimento de significação ou uma percepção dirigida a algo. O critério da relação intencional, para Husserl, é uma distinção específica entre essência e existência⁷, portanto, a descrição daquilo que é puramente intencional não altera nenhum aspecto relacionado à existência ou não do objeto fora da relação apreendida pela consciência, porque não pretende tomar nenhuma guinada epistemológica a partir das pressuposições, sejam estas teóricas ou práticas. O objetivo da investigação fenomenológica é saber como são possíveis os atos da consciência na relação com seus modos de tornar presente uma essência. Wilhelm Szilasi assinala que, quando falamos de percepção, em fenomenologia, devemos entender que esta se relaciona a uma cadeia sintética de referências que não estão ligadas ao processo psíquico ou às coisas (*dinge*), mas à experiência daquilo que captamos em uma relação cognoscitiva⁸. A idéia é que no campo da “consciência intencional” não se deve pressupor nenhum elemento em relação ao que se apreende no ato perceptivo, isto porque a constituição cognoscitiva a partir do dado não tem nada de certeza ou qualquer outro estado anímico.

Roman Ingarden (1968) afirma que parece haver, na unidade da experiência constituída pela “consciência intencional”, uma atividade produtora de ser. Contudo,

⁷ Na introdução das *Idéias*, Husserl afirma: “Em contraste com isto [a situação da psicologia como uma ciência de fatos e de experiências com conteúdo real], aqui se fundará a fenomenologia pura ou transcendental não como uma ciência de fatos, mas como uma ciência de essências (como uma ciência eidética); como uma ciência que quer chegar exclusivamente a ‘conhecimentos essenciais’ e não fixar, em absoluto, ‘fatos’”.

⁸ “Tomemos o exemplo de uma determinada mesa diante de mim, em uma consideração apropriada, podemos dizer que a esta coisa vista na percepção, corresponde algo assim como a materialidade, e que à materialidade corresponde a extensão. Mais ainda, que todo extenso está colorido de algum modo e que também a cor tem uma extensão. Agora falamos da coisidade como tal. Examinamos as estruturas que constituem a coisidade da coisa, que é questão ontológica. Nisto há que ter presente que o que coloquei em relevo não são pontos de vista que eu empiricamente afirmei sobre a mesa, mas conteúdos estruturais da coisa mesma a partir de sua objetualidade” (Szilasi, 1973, p.36, § 7).

segundo esse comentador, a função da intencionalidade não é a “produção de ser”, mas permitir o aparecimento do dado de tal forma que esta presença possa ser refletida no modo em que se apresenta na esfera da consciência.

Assim, se a intencionalidade é propriedade da consciência, isto é, se um ato perceptivo, ao visar ou dirigir-se ao percebido, pretende apreendê-lo como seu modo próprio de ser objeto para a consciência, então o ato do conhecimento é um desvelamento do modo específico de ser, a partir do qual um modo de apresentação do objeto é intuído na forma de uma idealidade. Portanto, a fenomenologia tem como seu fundamento a evidência do conhecimento que não pode ser pressuposta em nenhuma das suas partes constitutivas, de tal modo que sobre o dado cognoscitivo não esteja pairando alguma relação enigmática.

Para Husserl, uma ciência autêntica deve possuir justificativa teórica para as asserções significativas e não pode prescindir de um procedimento inteiramente racional em suas etapas, para alcançar puras generalidades lógicas⁹. O modelo de cientificidade, para Husserl, é análogo ao rigor matemático, pois sua meta filosófica é alcançar a evidência e o caráter apodítico em uma investigação sobre a questão do conhecimento. A constatação da crise nos fundamentos da ciência não deve ser situada como uma suposta reforma da epistemologia, pois Husserl não está voltado para uma reformulação metodológica que pudesse atender ao propósito de uma racionalidade comprometida com as filosofias das ciências positivas ou mesmo com uma ontologia da realidade objetivista. Antes, trata-se da irredutibilidade da reflexão filosófica ao tecnicismo objetivista das ciências.

A concepção de intencionalidade na fenomenologia de Husserl deve ser entendida como um modo de instaurar a relação cognoscitiva entre subjetividade e objetividade. Nesse sentido, a subjetividade da qual se fala é a transcendental, válida para todo sujeito do conhecimento, e a objetividade refere-se à teoria dos objetos ideais. Com isto, é possível estabelecer uma relação com a filosofia analítica, em

⁹ Cf. Husserl, 1967, p.257, § 62, cap.XI: “A ciência é em primeiro lugar, uma unidade antropológica, isto é, uma unidade de atos e disposições do pensamento, juntamente com certos dispositivos exteriores relacionados com aqueles. Nada que faz desta unidade uma unidade antropológica e especialmente uma unidade psicológica afeta nosso interesse. Este se dirige ao que possibilita a constituição de uma ciência; e isto não é, de modo algum, conexão psicológica nem conexão real geral a que se subordinam aos atos de pensamento, mas certa conexão objetiva ou ideal, que oferece a estes referência objetiva unitária e, nesta unitariedade, validade ideal”.

particular com Frege mais até do que com Brentano e toda a tradição metafísica, porque a intencionalidade propicia a transição dos objetos sensíveis até os objetos ideais. A análise e explicitação da noção de intencionalidade, tendo em vista a fundamentação da teoria do conhecimento, não seria possível sem a compreensão do que seria a idéia de lógica pura. Se, por um lado, é um fato reconhecido que Husserl retoma a intencionalidade a partir da influência de Brentano, por outro, não é claro como a formulação de Husserl acerca da intencionalidade pode estar relacionada com a crítica antipsicologista de Frege. Em qualquer manual filosófico referente ao período contemporâneo pode ser lida a informação de que Husserl retoma este conceito por influência de Brentano, e este, por sua vez, recuperou tal noção a partir da concepção escolástica de *intentio*. A especulação sobre a origem do conceito pode remontar até Aristóteles. Com isto, é possível observar que o propósito geral do referido conceito sempre foi procurar um termo para adequar sensibilidade e entendimento. Somente a concepção husserliana de intencionalidade dispõe dessa prerrogativa. Deve-se enfatizar que a finalidade de Husserl não é uma forma de continuidade de Brentano, ou da tradição metafísica. Precisamente, a visão de Husserl caracteriza uma crítica veemente à concepção metafísica. Nesse sentido, seria mais adequado dizer que a concepção de Husserl sobre a intencionalidade não é tributária da concepção de Brentano, e sim, mais propriamente, mantém proximidade maior com Frege. Ademais, não se chega a compreender a diferença fundamental entre as concepções de Husserl e Brentano acerca da noção de intencionalidade sem a referência a Frege. Com isto, não pretendo afirmar que Frege tenha tematizado esse conceito, mas é possível dizer que ele percebeu que faltava algo na relação objetiva do conhecimento. Também não se trata aqui de afirmar que Brentano não tenha sido importante para a formação de Husserl, mas sim de sustentar que a questão de saber qual tipo de subjetividade é capaz de ter acesso às objetividades ideais é a grande novidade introduzida por Husserl. Para Husserl, a inserção da intencionalidade como uma característica inerente aos fenômenos internos, como queria Brentano, ainda não dava conta dos objetos ideais da lógica.

O presente trabalho não parte do princípio que existe uma mudança de orientação no proceder metodológico da fenomenologia husserliana. Nesse sentido, a

proposta é relativizar a oposição entre o período considerado realista das *Investigações lógicas* e o caráter idealista das *Idéias*¹⁰. A guinada transcendental do método – ainda que tenha ocasionado divergências no movimento fenomenológico – não representa, a rigor, nenhum “desvio” em relação ao projeto enunciado nas *Investigações lógicas*, mas, ao contrário, já poderia ser antevista nessa obra. Por esse motivo, como o tema aqui é a intencionalidade, a pesquisa não se concentrou apenas nas *Investigações lógicas* e nas *Idéias*, dois trabalhos emblemáticos do pensamento husserliano, mas também em outras obras de Husserl para demonstrar este ponto de vista.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo aborda, de modo geral, como a intencionalidade se apresenta como solução perante o problema teórico. Mostra também que as soluções filosóficas jamais conseguiram uma fundamentação do conhecimento, porque terminavam construindo sistemas metafísicos abstratos ou comprometidos com o realismo objetivista, quando, na verdade, o problema da fundação da objetividade cognoscitiva e ideal exigia um recomeço radical a partir da subjetividade. Este capítulo ainda trata do modo como Husserl começou a formar sua idéia acerca dessa questão e, assim, sobre como a intencionalidade tornou-se, para ele, o único modo de mediação entre sensibilidade e entendimento.

No segundo capítulo, é abordado o tema da “redução fenomenológica”, ou seja, são discutidos os motivos pelos quais Husserl entende que a fenomenologia deve tomar um rumo transcendental. Como será possível observar, esta decisão de Husserl não foi completamente isenta de controvérsias. E isto porque muitos especialistas discutem não só a necessidade ou não da guinada transcendental, mas quantas são as reduções e qual a sua finalidade a partir do programa fenomenológico inicial de Husserl. Além disso, muitos críticos identificaram que o procedimento da redução tendia a um suposto retorno ao idealismo subjetivo da metafísica, e que isto caracterizava uma recaída no psicologismo (o que é absurdo, pois, nas *Investigações lógicas*, Husserl já havia submetido tal doutrina a uma crítica incisiva e enfática). Até

¹⁰ Apesar da lacuna editorial brasileira em relação à obra de Husserl, adotaremos, nesta dissertação, os títulos pelos quais seus livros são conhecidos em língua portuguesa. A propósito, todas as traduções dos trechos citados de livros que não estão em português são de nossa responsabilidade.

mesmo entre os discípulos mais próximos, esta guinada transcendental da fenomenologia husserliana não foi bem assimilada, o que promoveu uma espécie de divisão sobre a finalidade do método fenomenológico. Porém, na concepção de Husserl, a redução era um complemento necessário à intencionalidade.

O terceiro capítulo trata da experiência transcendental do sujeito do conhecimento. Aborda não só a correlação do *cogito* com as *cogitationes*, a idéia da constituição, assim como da *lebenswelt*. A marca desse capítulo é o projeto de retorno à objetividade do real a partir da experiência transcendental do ego puro. Se a característica da redução fenomenológica é instaurar uma espécie de depuração para liberar o objeto dos preconceitos tradicionais, por sua vez, a redução orientou o caminho metodológico no sentido de que a própria constituição transcendental da objetividade não pode partir de uma esfera privada, como num modo solipsista. Isto indica que Husserl teve de se preocupar também com a questão da intersubjetividade transcendental. Sobretudo, porque a apreensão fenomenológica da objetividade não se dá através de um sistema metafísico fechado. Ainda assim, os modos de apresentação objetiva devem ser necessariamente unificados pela síntese da experiência egológica.